

*Anwar Mohamad Ali*

---

# ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA

---

  
EDITORA

Rio de Janeiro

2020

1ª edição – 2020

© Copyright  
*Anwar Mohamad Ali*Diagramação  
*Olga Martins*Presidente do Conselho Editorial  
*Nelson Nery Costa*CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A389e

Ali, Anwar Mohamad

Estabilização da tutela provisória / Anwar Mohamad Ali. - 1. ed. - Rio de Janeiro: GZ, 2020.

204 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-9524-079-7

1. Tutela antecipada - Brasil. 2. Tutela jurisdicional - Brasil. I. Título.

20-64549

CDU: 347.163(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela  
GZ EDITORAcontato@editoragz.com.br  
www.editoragz.com.brAv. Erasmo Braga, 299 – Sala 202 – 2º andar – Centro  
CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ  
Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Agradecimentos</i> .....	V
<i>Apresentação</i> .....	VII
<i>Prefácio</i> .....	IX
<i>Sobre o autor</i> .....	XI
 Introdução.....	 1
 1. BREVE HISTÓRICO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS NO DIREITO BRASILEIRO .....	  5
 2. REFERÊNCIAS NO DIREITO ESTRANGEIRO .....	 11
2.1. <i>Référé</i> francês.....	11
2.2. Tutela sumária no direito italiano.....	17
2.3. Inversão do contencioso no processo civil português .....	20
2.4. <i>Medidas autosatisfactivas</i> na Argentina .....	24
 3. TUTELAS PROVISÓRIAS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015.....	 29
3.1. Tutela provisória de urgência.....	30
3.1.1. Possibilidade de requerimento em caráter antecedente.....	32
3.1.2. Tutela cautelar antecedente   generalidades.....	34
3.1.3. Tutela antecipada antecedente e estabilização generalidades.....	35
3.2. Tutela provisória da evidência.....	41
 4. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA .....	 47
4.1. Histórico .....	47
4.2. <i>Ratio</i> .....	51
4.3. Prazos de aditamento para confirmação do pedido de tutela final e recurso .....	55
 5. MEIOS PARA OBSTAR A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA.....	 67
5.1. Embargos de declaração.....	77
5.2. Reclamação.....	78
5.3. Suspensão de liminar.....	79
5.4. Contestação .....	81

6. EXTINÇÃO DO PROCESSO PELA ESTABILIZAÇÃO .....	85
6.1. Natureza da sentença .....	85
6.2. Honorários advocatícios e verbas sucumbenciais .....	90
7. A AÇÃO PARA REVER, REFORMAR OU INVALIDAR A TUTELA PROVISÓRIA ESTABILIZADA.....	95
7.1. Ônus da prova.....	97
7.2. Pedido de antecipação de tutela.....	100
7.3. Prazo decadencial ou prescricional? .....	101
7.4. A inexistência de coisa julgada e a possibilidade de impugnação após o prazo previsto no art. 304, §5º, do Código de Processo Civil de 2015 .....	103
8. INVESTIGAÇÃO DE OUTRAS POSSÍVEIS HIPÓTESES DE ESTABILIZAÇÃO.....	117
8.1. Estabilização da tutela cautelar .....	117
8.1.1. Motivação da decisão que defere a tutela provisória: necessidade de apontar o provimento concedido e conteúdo do mandado de citação .....	120
8.1.2. Fungibilidade das tutelas provisórias e interesse recursal ....	126
8.2. Estabilização da tutela antecipada incidental .....	128
8.3. Estabilização da tutela da evidência.....	135
8.4. Estabilização da antecipação parcial da tutela.....	139
8.5. Estabilização da tutela provisória nos tribunais.....	142
8.6. Estabilização da tutela provisória nos procedimentos especiais.....	145
8.7. Estabilização contra réu preso, incapaz, citado por hora certa ou edital.....	149
8.8. Estabilização em casos de litisconsórcio e assistência.....	151
8.9. Estabilização em ação rescisória.....	155
8.10. Estabilização em face da Fazenda Pública.....	157
8.10.1. Possibilidade .....	157
8.10.2. Remessa necessária.....	162
8.10.3. Estabilização em face do INSS: particularidades.....	165
9. PROPOSTA DE <i>LEGE FERENDA</i> .....	171
10. CONCLUSÃO.....	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	179